

ANÁLISE DO DESEMPREGO NA ECONOMIA GLOBALIZADA: O CASO BRASILEIRO

Márcio Osses do Prado¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

¹Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil – Anneprado@ig.com.br

²Professor Assistente Doutor – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil – edsonaaq@universiabrasil.net

Resumo: Desemprego é "suspensão ou falta de trabalho, causada pela situação econômica geral, profissional ou da empresa". Seguindo este conceito podemos assim definir as definições do desemprego, as quais veremos adiante. A definição oficial de desemprego para fins de estatísticas governamentais (IBGE), inclui os que foram dispensados por seus empregadores, os que foram demitidos ou saíram estão em busca de outro trabalho e os que acabam de entrar ou reentrar na força de trabalho, mas ainda não encontraram um emprego; enfim, desempregado é todo aquele que não está empregado em troca de pagamento, possui mais de dezesseis anos, mas está buscando trabalho ativamente ou aguardando para serem chamados de volta depois de dispensados, os que estão fora destas características não se incluem nas estatísticas sobre desemprego. Neste trabalho, estuda-se sobre o desemprego baseando-se nos anos 90, assim como suas causas e procura-se suas possíveis soluções para os problemas do desemprego que afeta todas as classes sociais, sobretudo a classe menos favorecida economicamente.

Palavras-chave: Desemprego, Economia, Economia brasileira

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O desemprego e a precarização das condições e das relações de trabalho observado ao longo dos anos 90 – principalmente na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) – são um fenômeno de amplitude nacional, de enorme intensidade e que não encontra precedentes na história do Brasil. As causas básicas da deterioração do mercado de trabalho não podem ser atribuídas aos trabalhadores brasileiros, como se insiste em enfatizar: inaptidão, má vontade, preguiça ou baixa empregabilidade, ou mesmo a fatores externos, tecnológicos ou sazonais.

O trabalho temporário, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim o chamado "bico", cresceu assustadoramente nesta última década. Este fato ganha contraste quando analisamos o desenvolvimento da economia brasileira ao longo do século XX,

especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial, quando o país se industrializou e caracterizou-se por notável geração de empregos. Apesar das altas taxas de crescimento econômico atingidas nesse período, isto não se refletiu numa melhor distribuição de renda. Pelo contrário, baixos salários, elevado grau de pobreza e altíssima concentração de renda foram mantidos como característica herdada da estrutura social extremamente conservadora, dominada pelos novos ricos da indústria aliados aos velhos ricos latifundiários. A ausência de uma reforma agrária deu lugar à concentração da propriedade e ao atraso produtivo.

Além da intensa elevação da taxa de desemprego, na década de 1990, observou-se também alterações importantes na estrutura e no tempo de desemprego. O desemprego cresceu relativamente mais

entre os homens, na faixa etária acima de 40 anos, entre os cônjuges e para os de escolaridade mais elevada. Tais dados contrariam frontalmente a tese do governo que tenta atribuir o desemprego à desqualificação da mão-de-obra.

Trabalhadores passam a ser contratados sem carteira assinada e/ou na condição de autônomos, por curtos períodos e com remuneração incerta. Segundo o IBGE, 50% dos ocupados brasileiros nos grandes centros urbanos encontram-se em algum tipo de informalidade, sem garantias mínimas de saúde ou aposentadoria.

Na década de 1990 reverte-se o processo de ampliação da participação dos assalariados entre a massa trabalhadora brasileira observado ao longo do século XX. Desenvolve-se nesta década um alarmante fenômeno de desassalariamento do trabalhador. Associando-se à desastrosa gestão da previdência pública, este fato agrava profundamente o déficit da Previdência Social, uma vez que, na informalidade, empregado e empregador deixam de contribuir.

A estagnação das receitas previdenciárias tem entre os seus fatores causais mais importantes a precarização das condições de trabalho: cinquenta por cento da população economicamente ativa encontra-se trabalhando sob condições precárias, na informalidade, e assim, não podem contribuir para o INSS.

A acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais nos anos 90, sobretudo durante o período de 1995 a 1998, ocasionou um extenso processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Após várias décadas de grande dinamismo econômico marcado pelo assalariamento, a economia nacional parou de gerar postos de trabalho. E isto não se restringiu à elevação da produtividade ou aos ingressos de novos trabalhadores no mercado, mas atingiu a massa de trabalhadores anteriormente empregada.

Mesmo quando houve algum crescimento do PIB, no período apontado, a redução dos postos de trabalho ocorreu em todos os anos, atingindo especialmente a indústria de transformação e a construção civil. Cerca de 3,3 milhões de empregos formais foram dizimados nos anos 90, segundo dados do Ministério do Trabalho. A

indústria de transformação reduziu seus empregos formais em 73% em relação ao ano de 1989.

Na construção civil desapareceram cerca de 322 mil empregos e o comércio apresentou redução de 294 mil postos de trabalho formais. O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra em 354 mil, apesar de ser aquele que mais faturou neste período de altas taxas de juros.

Apenas o subsetor de serviços apresentou comportamento positivo: cerca de 160 mil empregos. O serviço público contribuiu para absorver em parte o impacto do desemprego na primeira metade da década, entretanto, com o processo de privatização e os sucessivos cortes orçamentários, o crescimento do emprego público apresentou retração nos últimos anos, principalmente nas áreas de saúde e educação.

O crescimento do desemprego e da informalidade gera um ciclo vicioso pelo qual se deterioram cada vez mais as relações de trabalho. Os sindicatos são enfraquecidos e as empresas adquirem maior poder no mercado de trabalho, graças ao combate sistemático desencadeado pelo governo contra aquelas entidades, ameaçando-as com pesadas multas e limitando a sua atuação através de medidas provisórias draconianas.

Nesse contexto, tem lugar mecanismos contratuais unilaterais que redundam na desvalorização da contratação coletiva, na manutenção de salários cada vez mais baixos, na diferenciação dos níveis salariais e na queda dos níveis de sindicalização.

A ação sindical foi dispersa e fragmentada em meio às pressões da profunda transformação regressiva da estrutura produtiva, ao crescimento econômico medíocre, à redução dos espaços de negociação setoriais e nacionais, à redução dos empregos formais e à elevada precarização das condições e relações de trabalho.

As organizações sindicais recolheram-se num evidente movimento defensivo, tentando a todo custo manter os direitos trabalhistas anteriormente conquistados frente à desregulamentação promovida pelas investidas do patronato e do governo.

As grandes empresas abriram mão do crescimento via produção e passaram a "terceirizar" serviços, abandonar as linhas de produção, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduzir custos, sobretudo de mão-de-obra.

Os capitais foram atraídos para o setor financeiro, que oferecia (e ainda oferece) bons lucros extra-operacionais. A pretexto de operar uma redução dos custos empresariais, o governo passou a propor a desregulamentação das relações trabalhistas, prometendo, desta forma, uma improvável elevação da oferta de empregos.

Com isto, ameaçou comprometer ainda mais a posição já crítica da massa trabalhadora, em vez de optar pelo enfrentamento do problema do emprego através do crescimento econômico e do aumento da demanda de mão-de-obra. Assim, a qualidade dos poucos empregos gerados torna-se cada vez menor, deteriorando progressivamente as condições e relações de trabalho.

O desempenho econômico brasileiro na década de 1990 foi o pior do século, ficando na metade do ocorrido nos anos 80 (chamada "década perdida"). As promessas de distribuição de renda feitas na década de 70 foram frustradas no momento em que deveria ocorrer a tão sonhada "divisão do bolo".

A pobreza atinge níveis inéditos: 35% da população situa-se abaixo da linha de pobreza e cerca de 17 milhões de brasileiros vivem em condições de miséria absoluta. A violência assume níveis alarmantes.

O mal planejado processo de abertura comercial e financeira promovido pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, atendendo de forma muito solícita e subserviente às determinações do chamado Consenso de Washington, trouxe conseqüências dramáticas para economia nacional. Dispensou-se a constituição de um projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais, tomando-as por práticas corporativas ou retrógradas e incompatíveis com a propalada "modernidade" que então se anunciava.

Ancorou-se a moeda nacional ao dólar e o financiamento dos investimentos aos mercados financeiros especulativos. O

real foi sobrevalorizado e os juros elevados a níveis estratosféricos.

Esta política teve como resultados um crescimento econômico pífio, profunda desestruturação produtiva, ampliação dos desequilíbrios nas contas públicas (déficit na balança comercial e endividamento extremamente elevado), além do incrível processo de privatização do patrimônio público. Tamanho desastre não poderia se traduzir de outra forma senão em trágicas conseqüências para o mercado de trabalho nacional.

Em breve digressão, o autor desmonta a tese da rigidez do mercado de trabalho como causa do desemprego, analisando as evoluções econômicas norte-americanas e européias. Comprova-se que as taxas de desemprego respondem efetivamente à maior ou menor dinâmica do investimento público e privado e, portanto, aos níveis da atividade econômica.

Em outras palavras, basta que se promova o crescimento econômico, associado a algumas medidas estruturais inteligentes como a redução da jornada de trabalho para que se debele a crise do emprego.

Aqueles que defendem a desregulamentação do mercado de trabalho no Brasil – leia-se derrubada da Consolidação das Leis Trabalhistas – são os mesmos que fecham os olhos para a realidade da exploração do trabalho escravo ou do trabalho infantil que, para nossa vergonha, ainda existe neste país.

Outro mito que se torna quase uma unanimidade no raciocínio popular, o desemprego gerado pela introdução de novas tecnologias é analisado a fundo por Mattoso, que resume: "... se o desemprego e a precarização ocorrem, não tem sido por causa da inovação tecnológica e da produtividade, mas devido a um crescimento econômico medíocre e à estagnação do tempo de trabalho."

O complexo processo envolvendo o crescimento econômico, a produtividade e a duração do trabalho foi equacionado de forma simplificada pela seguinte expressão:

Emprego = produção – produtividade – duração do trabalho

A sentença significa que a de expansão do emprego depende sobretudo de

a capacidade da taxa de crescimento econômico superar as taxas de incremento da produtividade e da duração do trabalho.

A inovação tecnológica e a elevação da produtividade, se por um lado destroem produtos, empresas, atividades e empregos, por outro lado geram novos produtos, empresas, empregos e até mesmo novos setores ou atividades econômicas. Assim, embora as novas tecnologias possam modificar o perfil do emprego, não se traduz a priori e necessariamente em desemprego.

A duração do trabalho – variável propositalmente ignorada pelos economistas do governo – assume grande relevância nesta análise e se reflete na jornada diária ou semanal de trabalho, nos períodos de férias anuais ou na vida ativa do trabalhador (período de escolarização, idade para aposentadoria, períodos de licença, etc.).

O emprego tende a crescer onde se apresentar mais intenso crescimento econômico diante de elevadas taxas de produtividade e/ou mais intensa redução da jornada de trabalho.

No caso do Brasil, o que se verifica é a combinação de baixo crescimento econômico (produção) com uma certa expansão da produtividade e a manutenção da jornada de trabalho.

A recente desvalorização cambial encontrou a economia brasileira já bastante afetada pelo conjunto de fatores em que se destacam os elevados juros.

A deterioração financeira das empresas nacionais revelou-se principalmente na quebra de várias delas, inclusive empresas de médio e grande porte, e na situação precária em que estas se viram envolvidas.

Condições internas e externas desfavoráveis (instabilidade financeira, queda dos preços de nossos produtos de exportação, especialmente do commodities) contrabalançaram o efeito positivo da desvalorização cambial e os principais estrangulamentos macroeconômicos foram mantidos: desequilíbrio das contas públicas e externas e a subordinação aos fluxos financeiros internacionais. Embora o volume das exportações tenha aumentado nos segmentos de produtos básicos e semimanufaturados, os valores respectivos decresceram em função da queda dos preços.

SOLUÇÕES PROPOSTAS PARA REDUÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL

Uma solução a ser apresentada seria os Estados incentivarem as empresas a se instalarem em suas cidades, conseqüentemente incentivando os trabalhadores a permanecerem em suas cidades natais, evitando assim o desemprego estrutural e o desequilíbrio demográfico que ocorre nas metrópoles.

Na área de educação a qualidade nas escolas públicas é primordial para nossas crianças e adolescentes, pois assim formam-se pessoas qualificadas para o mercado de trabalho tão competitivo, afinal quem não tem uma boa formação escolar não é um candidato apto à vaga. Centros de qualificação dos trabalhadores poderiam ser criados buscando retrainá-los às novas demandas exigidas no mercado de trabalho.

Em quedas de economia no país, as empresas costumam dispensar seus funcionários, ao invés disso poderiam buscar outros meios para que nem o empregado e nem o empregador saiam prejudicados num momento difícil; algumas alternativas seriam a diminuição da jornada de trabalho com remuneração justa, diminuição de impostos e encargos sociais, entre outros.

Os governos poderiam se preocupar em criar frentes de trabalho para os trabalhadores e os mesmos buscar fazer cooperativas eles mesmos para enfrentar o problema do desemprego.

A fabricação interna de produtos gera mais vagas nas empresas, portanto uma política de exportação deveria ser tomada pelo país.

No Brasil há muitos produtos importados com preços mais acessíveis que aqueles fabricados no próprio país, levando os consumidores a darem preferência a estes. As indústrias pagam muitos impostos fazendo com que seus produtos encareçam, e seus funcionários, em geral, são mal remunerados, conseqüentemente não têm como consumir e as fábricas passam a produzir menos levando ao desemprego.

Investimentos em educação, ou seja, melhoria dos cursos em todos os níveis: fundamental, médio e superior, objetivando diminuir o índice de analfabetismo; Revisar programas dirigidos para o emprego e qualificação.

Avaliar os programas executados na qualificação profissional para ver se estão sendo eficientes. Parcerias entre empresários e seus empregados na busca de soluções para os problemas existentes como alternativa para se evitar futuras demissões. Mobilizar o governo para reverter à tendência. Articular melhor os programas de seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra.

Prosseguir as mudanças na legislação trabalhista. Multiplicar projetos integrados que visam a promoção do emprego nas regiões metropolitanas. Acelerar o projeto de implantação da política industrial.

Aprofundar o apoio às micro e pequenas empresas, principalmente da construção civil, fruticultura e serviços. Instruir bancos oficiais federais a atribuir prioridades a projetos que gerem empregos. Aprimorar o sistema de informações para facilitar o acesso do trabalhador ao emprego.

CONCLUSÃO

O presente trabalho serviu para a compreensão dos fatores que definem e teorizam o desemprego e sua aplicação no entendimento do dia-a-dia, principalmente nos noticiários, além de proporcionar um entendimento mais voltado para o lado científico.

Atualmente tem-se um mercado de trabalho que exige pessoas com alto grau de intelectualidade, e, aderir a essa nova sociedade informacional é antes de tudo investir em educação.

É importante salientar também que não adianta se ter uma sociedade em transição se não for criado novas alternativas de emprego em torno da revolução tecnológica, afinal ela tira empregos no momento em que visa maximizar a produção, mas pode criar novos postos de trabalho que até então não existiam.

Pode-se resumir que as teorias sobre o desemprego revelam um fenômeno econômico sim, mas principalmente social e de difícil solução.

O que se observa claramente ao fim do trabalho é que o mundo hoje está ingressando em uma nova era denominada de pós-industrial ou sociedade informacional.

Para finalizar, é importante que exista uma ambigüidade em torno dos

empregos que estão sendo eliminados e os que estão surgindo. Para tudo isso acontecer, é preciso esperar que os políticos deixem de pensar em si mesmos e passem a ver o mundo num sentido mais coletivo, que pensem nos milhões de desempregados que moram em condições sub-humanas nas favelas e que enxerguem essas mudanças que estão acontecendo para que possam tomar as medidas certas e necessárias para resolver o problema do desemprego no Brasil e no mundo.

BIBLIOGRAFIA

- IBGE – www.ibge.gov.br
Ehrenberg, Ronald G., Robert S. Smith. *A MODERNA ECONOMIA DO TRABALHO*. São Paulo: Makrn Books, 2000.
Castells, Manuel. *A SOCIEDADE EM REDE*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
De mais, Domenico. *O FUTURO DO TRABALHO: FADIGA E ÓDIO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.